

Categoria aprova proposta do tribunal para acordo



Quase meio ano depois da data-base de 1º de maio, os trabalhadores finalmente conseguem fechar o Acordo Coletivo 2012. Isto, no entanto, só foi possível por intermediação da Justiça do Trabalho e graças à sistemática luta do SINDÁGUA, Senge e Saemg e mobilização da categoria. Infelizmente, a

direção da empresa estancou qualquer possibilidade de evolução no diálogo ao ter colocado ainda em 21 de junho sua proposta como final, obrigando a pressão de uma greve e de decisão apenas na instância judicial.

Em plena negociação já havíamos inclusive recebido estupefatos esta indicação de um dos negociadores da Copasa, ao afirmar que proposta além daquela apresentada a empresa só acataria por imposição da Justiça.

Categoria aprova, mas protesta contra a empresa

Através de assembleias realizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte e em todo o Estado, os trabalhadores aprovaram a proposta conciliatória do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-MG) para celebração de Acordo Coletivo de Trabalho entre o SINDÁGUA, Saemg e Senge com a Copasa.

Além da manutenção da última proposta apresentada pela empresa aos trabalhadores, no entendimento conciliatório do TRT-MG foi apresentado o reajuste de 4,88% nos salários e o índice aplicado à GDI foi ampliado para 1,78%, pagando as diferenças acumuladas de maio a setembro com o seu congelamento, ou seja, sem nenhuma medição de desempenho nesta parcela. Os índices que compõem a cesta da GDI devem ainda ser melhorados através de uma comissão paritária, com prazo



15/10/12 - Assembleia Geral na sede do Sindágua MG

até 31 de dezembro para conclusão dos trabalhos.

Com a decisão pelo acordo coletivo, a categoria tornou sem efeito a convocação da greve programada para a terça-feira, dia 16, sendo comunicada à empresa e ao TRT-MG a deliberação dos trabalhadores.

Apesar da decisão pelo acordo coletivo, a categoria manifestou toda a sua contrariedade em razão de a empresa não ter evoluído na discussão para o fim da política de

porte, que estabelece uma situação de quebra de isonomia em todo o Estado, e também pela negativa patronal de não rever a escala de salários dentro do plano de cargos, mantendo distorções que penalizam os trabalhadores, sobretudo os de nível técnico.

O Sindicato foi cobrado para novas ações junto à empresa para corrigir estes dois problemas, firmando o fim do porte e correção na tabela salarial da empresa como pontos permanentes de luta.

Pagamento de outubro vem com as diferenças do acordo

Os trabalhadores receberão na folha de pagamentos de outubro os salários já reajustados em 4,88%, além 1,78% na GDI. Receberão ainda as diferenças salariais acumuladas desde 1º de maio, lembrando-se que para cada mês teremos 6,75%, em função do congelamento da nova parcela de GDI nos cinco últimos meses, medida alcançada nas negociações no TRT-MG.

A categoria receberá também todas as diferenças relativas aos

benefícios, como ticket-refeição (R\$ 353,46), cesta básica (R\$ 100,26), além dos outros benefícios, como auxílio-creche, prêmio para dirigir veículo e demais conquistas.

Devemos lembrar que os descontos também acontecem com diferenças acumuladas a serem pagas ao Copass, Previminas, Imposto de Renda, e contribuições para entidades representativas.

Categoria recebe também 2ª parcela da PL

Os trabalhadores recebem também no final de outubro a segunda parcela pela sua Participação nos Lucros, PL, conquista histórica da luta da categoria. A PL vem no mesmo contra-cheque com as parcelas retroativas do acordo coletivo.

CUT/MG define pauta para fiscalização de empresas pelo MTE em Minas



Os sindicatos estão sendo orientados em passar para a central todos os graves problemas nas empresas em que atuam para que as mesmas sejam fiscalizadas pela Superintendência Regional de Trabalho e Emprego de Minas Gerais (SRTE-MG). O compromisso da fiscalização foi assumido com a CUT pelo superintendente Walmar Gonçalves de Souza, que apresentará relatório com as demandas de fiscalização. A ampliação desta fiscalização poderá acontecer diante de concursos públicos previstos para 2013 e uma expectativa de ampliar 100 auditores fiscais no Estado.

A presidente da CUT-MG, Beatriz Cerqueira, manifestou sua preocupação com o processo de sucateamento do Ministério do Trabalho e Emprego, resultado de número insuficiente de auditores fiscais para uma demanda gigantesca no Estado. Diz que é urgente “a realização de um concurso público para aumentar o número de fiscais”.

Esta preocupação é confirmada pelo superintendente do SRTE-MG que afirma ter apenas 320 fiscais para todo o Estado, apontando a necessidade de, pelo menos, mais 800 para fazerem frente à demanda. Segundo Walmar existe um volume anual de 1 milhão de solicitações e há condições de realizar apenas 40 mil fiscalizações.

SINDÁGUA denuncia terceirização

A terceirização de áreas fins de nossa atividade continua sendo a grande preocupação que pesa sobre os direitos dos trabalhadores e também contra os interesses da sociedade que depende dos serviços de saneamento ambiental.

Apesar das dificuldades confessadas pelas instâncias de fiscalização para fazer a apuração de irregularidades cometidas, não é preciso ir longe para identificar o desrespeito, ferindo inclusive o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado entre a Copasa e o Ministério Público do Trabalho (MPT). As empresas terceirizadas continuam a todo vapor realizando serviços típicos de atividade fim Copasa, enquanto os trabalhadores ficam no pátio ou são escalados para resserviço, ou seja, consertar serviços de má qualidade dos prestadores de serviços, que exercem trabalho completamente sem condições, sem equipamentos e sem obedecer normas de segurança e saúde no trabalho.